

Transformação: palavra de ordem na educação

O questionamento que nos tem perseguido há algum tempo diz respeito a baixa auto-estima demonstrada pelos professores no exercício de sua profissão e das conseqüências pertinentes à essa insatisfação presentes nos desdobramentos da sua prática, e conforme temos percebido nos últimos anos, essa insatisfação tem aumentado principalmente neste momento de transição de paradigmas, com que essa discussão envolva diversos e complexos fatores.

Rosemeri Soares Kowaiski
Pedagoga do CEI Prof^a Tereza Matsumoto.

Dr. Mário de Souza Martins
Prof. da Universidade Tuiti ao Paraná e
Faculdade de Campina Grande do Sul.

Os professores queixam-se principalmente da responsabilidade de terem que assumir um número cada vez maior de incumbências, para as quais não se sentem devidamente preparados e paralelo a isso se vêem confrontados com as mudanças de ordem econômico-político-social refletidas diariamente em sua prática. E como se sente o professor diante das demandas exageradas que ultrapassam a questão da incumbência?

A cobrança social de uma postura coerente diante de tantas mudanças e conflitos tem angustiado e levado o professor a um estado geral de ansiedade, desinteresse, desmotivação e insegurança. Ao mesmo tempo que a sociedade aumenta as suas exigências com relação as atividades do professor, ela não oferece soluções para as questões com que os professores se vêem confrontados no seu cotidiano, por isso ele se sente só e conforme afirmou Mário Quitana, "o abandono não mata o jardim, mas sim a indiferença com que é olhado o abandono".

Como manter então a auto-estima frente a tamanha indiferença? A auto-estima depende

de acreditarmos que a vida deva ser vivida de acordo com determinados valores e de sermos capazes de nos comportar de acordo com esses valores. Será então que os valores dominantes na sociedade não são adequados às necessidades dos professores e por isso eles vivem em permanente conflito?

Pensamos que uma abordagem psicossociológica seria um caminho para a compreensão do impasse que é vivido atualmente pelo professor. Ela nos ajuda a reconhecer nossos desejos, com a intenção de que a aceitação de nós mesmos nos dará condições a aceitar melhor o outro. Esta abordagem nos daria chance de descobrir quem é esse individuo que sofre e deseja dar-se a conhecer. Como ele é? Como vive? Como pensa? Como age? Quais são suas necessidades profissionais e particulares?

Seu sofrimento nos fala de um sujeito concreto, com particularidades intransferíveis, atuando em uma sociedade em constante mudança. Será que a causa da sua angústia não estaria na exigência que lhe é colocada através de políticas educacionais, cursos de formação e propostas educacionais formuladas para um ser generalizado e estereotipado ao qual ele não corresponde?

Precisamos discutir o professor sob novas bases conceituais, discutir não somente sua ação no interior das instituições, mas fundamentalmente a figura do professor, como

um ser humano, sujeito a todos os conflitos existentes na sociedade, uma visão do professor por dentro, considerando seus variados aspectos e relações, numa perspectiva psicossociológica.

Achamos que conhecemos o professor, mas que dados temos sobre sua realidade? Qual é o seu perfil sócio-econômico-político-cultural? Que projeto de vida possui? Que projeto traz consigo para a instituição em que atua?

Deseja-se conhecer a realidade do aluno por dentro para que as políticas educacionais, currículos e métodos sejam adequados, mas quando iremos conhecer a realidade do professor? Fussari afirma: "A prática pedagógica é uma prática social, e que portanto a condição do educador interfere na sua atuação profissional, a questão das condicionantes tem um papel relevante."

Isto reforça a certeza de que precisamos ver o professor de uma forma mais integrada, olhar para ele não apenas como mão de obra, mas percebê-lo uma pessoa com necessidades intelectuais, emocionais, físicas, espirituais e sociais. Portanto, é fundamental primeiramente compreendê-lo na sua totalidade, e de posse disso verificar quais são os elementos que influenciam a sua prática, depois então, engajá-lo, responsabilizá-lo por uma prática de suma importância, ou seja, a formação do cidadão.

Os educadores têm dificuldade em admitir que as famílias não conseguem valorizar os

próprios filhos, e que por isso o professor tem que pensar a cidadania e a desvalia em sala de aula. E é neste contexto que a função de mestria será importante, na medida em que irá formar uma geração, a pós-moderna. É sobre o significado desta profissão que o professor precisa parar para pensar e tomar uma posição, na medida em que esta realidade o impacta diariamente.

Sobre isso nos fala Imbemón: "Estamos vivendo uma crise social, de valores em nível institucional, familiar, educativo, é uma mudança de paradigmas, é preciso uma mudança uma reestruturação radical, e ainda estamos fazendo uma formação de professores como no século passado. Primeiro os/as professores/as não foram formados para a diversidade, mas para uma instituição uniformizadora, uma escola segregadora. Agora lhes é pedido para respeitar as diferentes culturas, aprendizagens, mas eles não sabem como, porque não têm os instrumentos intelectuais para fazê-lo, só será possível estabelecer a diversidade se as pessoas forem capazes de ter diálogo e convivência."

Percebemos um enorme déficit, com referência ao valor do/a professor/a. Há falta de reconhecimento social, as vezes explicitado no próprio discurso do/a professor/a que se diz incompetente e desnecessário. E como poderia ser diferente? Valor e reconhecimento, onde e como se conquista? Neste sentido estamos abordando alguns aspectos que se configuram e merecem ser discutidos: a formação do professor e a atual ordem político-econômico-social.

A formação do professor/a hoje

A formação do professor hoje não pode mais deixar de ser pautada numa visão crítica da sociedade, mas o que se constata é que os currículos cada vez mais se distanciam da análise e reflexão sobre a realidade concreta tanto do professor quanto dos alunos, tomando por isso a prática do professor mais conservadora e despolitizada.

As formas de organização curricular propostas pelas políticas educacionais são hoje delegadas ao professor para que ele decida sua própria prática, entretanto o professor não foi formado para esta demanda, ou seja não possui os instrumentos metodológicos para pensar a realidade de forma crítica. Então o

que se vê é a reprodução das práticas dominantes.

A formação do professor deve ser contemplada por uma política que privilegie não só a instrumentalização do professor para trabalhar com o conhecimento e dominar o processo didático-pedagógico, mas fundamentalmente a formação do professor deve ser calcada num fazer pedagógico adequado à realidade em que ele está envolvido e que traga para o professor a satisfação no desempenho do seu papel. Uma formação que não se restrinja à formação acadêmica, mas sim um processo contínuo.

A formação do docente não deve se restringir ao ensino universitário, mas se tomar um processo permanente, em que o professor se responsabilize pela sua formação contínua, acompanhando o próprio movimento da sociedade, que demanda essa necessidade. O/A professor não pode sair da universidade e pensar a si próprio como se tivesse entrado numa forma e que acabado o curso estivesse pronto/a para a sua inserção no mercado de trabalho, sem precisar de uma reciclagem permanente. Nem se pode admitir, por um lado, que na faculdade lhe seja transmitida a ideologia de que o estudante no final de seu curso é um produto acabado, e por outro lado, que no exercício da sua profissão a sua formação seja decidida nos gabinetes. É preciso que o professor tenha autonomia para que decida sobre a sua formação acadêmica e continuada, ou seja, que lhe seja permitido usar como elemento de reflexão a sua própria prática, proporcionando elementos de análise e superação.

Esta formação a partir da prática é denominada por Schön (Apud Garcia, pg. 60), reflexão-na-ação, ele nos diz: "...é importante frisar que a reflexão não é apenas um processo psicológico individual, passível de ser estudado a partir de esquemas formais, independentes do conteúdo, do contexto das interações. A reflexão implica a imersão consciente do homem no mundo das suas experiências, um mundo carregado de conotações, valores intercâmbios simbólicos, correspondências afetivas, interesses sociais e cenários políticos. A reflexão não é um conhecimento puro, mas sim um conhecimento contaminado pelas contingências

que rodeiam e impregnam a própria experiência vital."

Isto sugere uma formação pautada nas inter-relações pessoais dentro e fora da escola pois o professor é um sujeito da cultura que participa do processo de constituição da identidade sua e do aluno como ser social..

A nova ordem político-econômico-social

Em tempo de mundialização do capital, onde a ordem econômica é imposta a todos os setores da sociedade sob as mais variadas faces é urgente não só refletir sobre a formação do professor, mas também sobre a função social da escola. Essas transformações ditadas, prescritas que afetam o mundo do trabalho tem dado a atividade do professor uma dimensão meramente utilitarista uma vez que o bom trabalhador é aquele que segue a prescrição, onde o real conteúdo da sua ação se esvazia num discurso de competências e habilidades. Esta ordem extensiva da economia e político do Estado para a educação vem construindo uma nova cultura que distancia cada vez mais o professor do perfil do intelectual.

O que observamos é que desde o surgimento da sociedade de massas o espaço crítico de discussão e de formação de indivíduos e grupos foram sendo cada vez mais reduzidos. A formação e atuação dos professores passa por uma crise de perda de poder, no que se refere ao seu trabalho e ao seu papel na prática e na reflexão desta prática. O que está posto nas políticas públicas no campo do magistério é uma ação subordinada a divisão técnica e social do trabalho, onde os professores desempenham tarefas cada vez mais técnicas e padronizadas objetivando eficácia e eficiência no gerenciamento e controle do conhecimento. Desta forma vivemos o desaparecimento de uma forma de trabalho intelectual de importância central.

Historicamente o professor foi instrumento de reprodução da cultura dominante no interesse do bem comum, no caso do Brasil, dos interesses corporativos capitalistas, que deslocaram o conceito de conhecimento e poder da ótica das ciências sociais para uma prática ideológica de uma sociedade de mercado. O que resultou desta mudança foi a redução do

pensamento crítico à dimensões meramente técnicas.

Neste modelo neo-liberal o conhecimento é considerado útil de acordo com a sua capacidade gerencial (conhecimento padrão) de ordem prática, desvalorizando o trabalho intelectual e crítico ficando a ação do professor focada no desenvolvimento de habilidades e competências. Assim os professores vão sendo considerados obedientes servidores, desempenhando ordens ditadas por outros e cada vez menos considerados pessoas críticas, criativas e dotadas de imaginação e que podem transcender a ideologia dos métodos e meios.

Essa prática utilitarista da racionalidade tecnocrática impõe tarefas vazias prescritas por políticas gerenciais afastando cada vez mais o professor da produção e avaliação de currículos das decisões sobre o que é importante ensinar, das discussões de questões fundamentais na Educação. A desqualificação do trabalho do professor obriga a repensar a natureza do trabalho intelectual.

A professora como Intelectual Transformador

Toda atividade humana envolve forma-pensamento e depende da inteligência, assim a atividade do magistério envolve as funções de conceituar, planejar e também de implementar e executar. O que temos visto é apenas as duas últimas funções sendo desempenhadas na atual forma de divisão do trabalho, pois os professores têm pouca penetração nas decisões políticas, econômicas e ideológicas da sua atividade profissional.

O conceito do professor como intelectual pode fundamentar uma postura teórica para luta contra esse tipo de imposição ideológica e pedagógica. Na formação do professor esse conceito (intelectual: seres críticos, reflexivos e criativos, que têm o papel de educar para o desenvolvimento dos princípios necessários à ordem democrática) tem sido omitido, subjugado a políticas públicas que impõem uma lógica de mercado para o professor que deve

ser produtivo, eficiente e eficaz, assim as instituições vão capacitando e despolitizando.

É preciso não só reconstruir a identidade do professor mas também contextualizar a função social que desempenha. Quanto à definição de intelectual podemos nos valer da



"Grande nu numa poltrona vermelha", 1929, Pablo Picasso

concepção de Herb Kohl "(...) intelectual é alguém que conhece seu tempo e tem uma larga visão sobre outros aspectos do mundo: alguém que usa sua experiência para desenvolver teorias e questões e que volta a interrogar a teoria com base em maior experiência. Intelectual é alguém que tem coragem para questionar a autoridade e que se recusa agir contra sua própria vivência e julgamento." Nesta concepção a questão central é a natureza política do trabalho intelectual.

Enquanto função social e ideológica, os professores são intelectuais transformadores que podem emergir como intelectuais de qualquer grupo e trabalha com grupos diversos no sentido de desenvolver as culturas e tradições emancipatórias dentro e fora das esferas públicas. A tarefa desses intelectuais é de transformar o pedagógico em mais político e

o político em mais pedagógico. Para tornar o pedagógico mais político é preciso compreender a escola como espaço onde política e poder operam a partir de uma relação entre os indivíduos e grupos, relação que leva professores e alunos a se desenvolverem no

conhecimento para vencer as injustiças. Neste caso o conhecimento e poder estão ligados pois para mudar a vida para torná-la possível é necessário compreender as condições para se lutar por ela. Para tomar o político mais pedagógico há que se pensar uma pedagogia que tenha como pressupostos a problematização do conhecimento, o diálogo, o conhecimento significativo que sugere a crítica, aprendizagens sempre relacionada com experiências próximas, exercício de uma linguagem crítica e emancipatória. Esses pressupostos são a condição necessária para uma nova prática social que com certeza trará aos professores muito mais prazer no exercício da sua função.

Todos os intelectuais enquanto professores vendem sua força de trabalho e, portanto não têm controle sobre o aparelho educacional como um todo, mas no seu trabalho têm o controle do que ensinar e como ensinar, nesta autonomia de escolha e decisão é que os professores se movem de uma categoria para outra. Nestas tensões e contradições é que o intelectual transformador se constitui e leva para o seu campo de trabalho o princípio da construção de uma sociedade mais justa.

Bibliografia

- IMBERNÓN, Francisco, *A Educação no Século XXI - Os Desafios do Futuro Imediato*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.
- GARCIA, Carlos Marcelo, *A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor*, in Nóvoa. António (org.) *Os professores e sua Formação*, Lisboa, Ed. Dom Quixote, 1995.
- GIROUX, H. *Escola Crítica e Política Cultural 2*. ed. São Paulo: Cortez Ed. e Autores Associados, 1988.
- KOHL, H. *Examining closely what we do Learning*. Ago. 1983 Apud Giroux, H. 2. ed. São Paulo: Cortez Ed. e Autores Associados, 1988.